

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0372-09/09 à 13/09/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[STF julgará em plenário físico destino de valores de danos coletivos trabalhistas](#)

Migalhas - 12/09/2024

O ministro do STF, Dias Toffoli, pediu destaque em julgamento que avalia se será mantida a decisão do ministro Flávio Dino, que determinou que valores relativos a condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos morais coletivos devem ser direcionados para fundos públicos.

A ação, julgada em plenário virtual e prevista para término nesta sexta-feira, 13, agora será debatida presencialmente, ainda sem data definida.

Até o pedido de Toffoli, somente Dino havia se manifestado.

A decisão foi proferida na ADPF 944, proposta pela CNI - Confederação Nacional da Indústria. A entidade alega que a Justiça do Trabalho tem destinado os valores para entidades públicas e privadas, ao invés de direcioná-los aos fundos públicos constituídos por lei.

Voto da relatoria

Em seu voto, o relator do caso, ministro Flávio Dino, destacou a importância de garantir a transparência e a aplicação correta desses valores, especialmente para fundos como o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e o FDD - Fundo dos Direitos Difusos, que, segundo ele, têm sido prejudicados por reiterados contingenciamentos.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Desoneração da folha: STF concede prazo extra para busca de consenso entre Executivo e Congresso Nacional sobre projeto de lei](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/09/2024

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu mais três dias úteis para que governo e Congresso finalizem acordo em torno projeto de lei (PL 1847/2024), que trata da desoneração da folha de pagamentos, aprovado ontem (11/9) no Congresso Nacional.

[Curso de Normas Internacionais do Trabalho forma primeira turma](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/09/2024

O auditório da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) sediou, esta semana, o primeiro curso “Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito”, parceria entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF-OIT).

[Varejista é condenada por ignorar denúncia de vítima de assédio sexual](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/09/2024

Por unanimidade, a Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa varejista de Trindade (GO) a indenizar uma balconista vítima de assédio sexual de um encarregado. O colegiado aplicou ao caso o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e estipulou a reparação em R\$ 71 mil.

[Combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho é tema de webinar no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/09/2024

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) promoveram, nesta quarta-feira (11), um webinar para discutir temas relacionados ao assédio eleitoral nas relações de trabalho. O evento, destinado a juízes e juízas do trabalho de todo o Brasil, faz parte da campanha “Seu Voto, Sua Voz - Assédio Eleitoral no Trabalho é Crime”.

[TST promove debates com jovens ativistas e líderes sindicais sobre proteção dos direitos trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/09/2024

O Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, realizou nesta quarta-feira (11) debates voltados a jovens ativistas e líderes sindicais sobre a promoção dos princípios relativos à proteção de direitos trabalhistas, especialmente os que atingem grupos sociais vulneráveis. Foram abordados temas como os movimentos trabalhistas nos Estados Unidos e no Brasil, liderança no trabalho, equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade dentro do movimento trabalhista.

[Julgamentos sobre trabalho escravo devem considerar vulnerabilidade das vítimas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/09/2024

Em agosto, a Justiça do Trabalho lançou [três protocolos de julgamento](#) que orientam a magistratura para casos que exijam um olhar mais atento às especificidades de grupos historicamente vulneráveis ou estigmatizados. Nas matérias anteriores, apresentamos os principais pontos dos protocolos que contemplam questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiência e idade e do, que trata do julgamento com perspectiva da infância e da adolescência. Neste texto, iremos mostrar os principais pontos do protocolo que trata da Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo.

[Engenheira trainee que recebia abaixo do piso receberá diferenças salariais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve decisão que garantiu o pagamento do piso salarial a uma engenheira contratada como trainee com salário abaixo do mínimo previsto por lei para sua categoria. Para o colegiado, a lei federal que fixa o piso de profissionais de engenharia deve prevalecer sobre a convenção coletiva que estabeleceu um salário menor para profissionais recém-formados, por se tratar de direito indisponível que não pode ser negociado.

[Painel sobre consolidação de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho encerra encontro no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2024

A consolidação dos precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho foi o tema do último painel do VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados, realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na segunda e na terça-feira (9 e 10). A ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do TST, conduziu a discussão focando nos desafios e nas oportunidades que o sistema oferece, especialmente em relação à segurança jurídica, à previsibilidade e à eficiência das decisões trabalhistas em todo o país.

[Seminário Ativismos para a Luta Anticapacitista no Trabalho vai discutir inclusão e acessibilidade na Justiça do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2024

A Justiça do Trabalho vai promover, no dia 24 de setembro, em Brasília, o [Seminário Ativismos para a Luta Anticapacitista no Trabalho](#). O evento, no Tribunal Superior do Trabalho (Plenário Ministro Arnaldo Lopes Sussekind), é aberto a toda a sociedade e será transmitido ao vivo pelo canal do TST no YouTube.

[Eleições e ambiente de trabalho: empresas podem adotar boas práticas para evitar assédio eleitoral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2024

Coagir ou manipular pessoas sobre suas decisões de voto no processo eleitoral ameaça a integridade do ambiente de trabalho e pode desencadear condutas até mesmo criminalizadas pelo Código Eleitoral brasileiro. Por isso, é essencial que empresas adotem boas práticas e políticas claras sobre o assédio eleitoral. Em outubro, a votação deve permanecer um direito pessoal e inquestionável para todos. Confira algu-

mas dicas para garantir um espaço seguro e respeitoso nesta eleição.

[Justiça do Trabalho lança campanha “Trabalho decente pra gente!”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/09/2024

A Justiça do Trabalho lança, nesta terça-feira (10), a campanha nacional “Trabalho decente pra gente!”. A iniciativa destaca que o trabalho decente é um direito de todas as pessoas e chama a atenção para o fato de que todas elas precisam ter direitos assegurados nas relações de trabalho, independentemente das atividades profissionais ou dos postos que ocupem.

[Supermercado é condenado por dispensar encarregada com transtorno afetivo bipolar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/09/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um supermercado de Cuiabá (MT) a pagar R\$ 15 mil de indenização a uma encarregada de padaria por tê-la dispensado mesmo tendo conhecimento de seu diagnóstico de transtorno afetivo bipolar. Ao considerar que houve discriminação, o colegiado levou em conta que, após afastamentos em razão da doença, ela passou a ser tratada de forma diferente por colegas e supervisores, até ser demitida.

Notícias do Executivo

[Mediação, Negociação Coletiva e Diálogo Social: experiência da Espanha é tema de live no MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/09/2024

Nesta quinta-feira (12), o Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, Marcos Perrioto, abriu encontro presencial, transmitido pelo canal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobre Mediação, Negociação Coletiva e diálogo social – Experiência da Espanha, direcionado a entidades sindicais e de empregadores reforçando a importância do diálogo social como uma ferramenta vital para a construção de um ambiente de trabalho justo e sustentável. A live, realizada com apoio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal (SRTE/DF), ocorreu no âmbito da cooperação entre Brasil e Espanha sobre negociação coletiva e diálogo social.

[RAIS: Estoque de empregos formais no setor privado atinge 44,4 milhões de vínculos em 2023](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou nesta quinta-feira (12), em Brasília, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023, revelando que o estoque de empregos formais no setor privado totalizou 44.469.011 vínculos ativos em 31 de dezembro. Esse número representa um aumento de 1.511.203 vínculos (+3,5%) em relação a 2022, quando foram registrados 42.957.808 vínculos. Os dados completos, incluindo o setor público, serão divulgados no quarto trimestre de 2024.

[MTE suspende prazos processuais e administrativos que dependiam da utilização dos sistemas CNES e Mediador](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego informa a suspensão de todos os prazos processuais e administrativos que dependiam da utilização dos sistemas CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais) e o Sistema Mediador, que estiveram com problemas de acesso nos últimos dias. Com o retorno da normalidade dos sistemas nesta quarta-feira, 11 de setembro de 2024, fica estabelecido que a contagem dos prazos será retomada no dia 12 de setembro de 2024, sendo restituído aos interessados o tempo igual ao que faltava para a complementação dos prazos no momento da suspensão, conforme previsto em Lei. Desta forma, ficam suspensos os prazos vencidos entre os dias de início e término dos problemas de acesso aos sistemas.

[Inserção de jovens vulneráveis na aprendizagem é destaque no Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional 2024 do MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/09/2024

A inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social no programa de aprendizagem foi um dos temas centrais do Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional 2024, realizado no dia 11 de setembro, transmitido pelo canal do YouTube da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (Enit). O evento foi organizado em parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Justiça do Trabalho.

[Ministro Luiz Marinho discute convenções da OIT e ratificação com representantes internacionais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/09/2024

Nesta quarta-feira (11), em Brasília (DF), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, liderou uma audiência pública focada nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), processos de ratificação, cumprimento por parte dos países-membros e mecanismos de supervisão. O evento contou com a presença de representantes da OIT, incluindo Corine Vargha, diretora do Departamento de Normas em Genebra, e Vinícius Pinheiro, diretor-geral do escritório da OIT no Brasil.

[Consulta pública trata de trabalho dos motociclistas](#)

Fundacentro - 13/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego abriu Consulta Pública sobre texto técnico básico referente ao Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicletas - da NR 16 - Atividade e Operações Perigosas. As sugestões podem ser enviadas até 26 de outubro e serão analisadas pela Secretaria de Inspeção Trabalho (SIT). Após a análise das sugestões, a SIT elaborará proposta de texto a ser encaminhada ao grupo de trabalho tripartite, formado por representantes do governo, de trabalhadores e empregadores, para discussão e aprovação. Ao final, o GTT encaminhará a proposta de texto final à Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e TSE assinam acordo para aperfeiçoar o combate ao assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/09/2024

Com o objetivo de aperfeiçoar ações de prevenção e combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinou nesta quinta-feira (12) termo aditivo ao acordo de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O documento promove melhorias nos fluxos de trabalho entre as duas instituições para o recebimento e processamento de denúncias de assédio eleitoral e dá continuidade à parceria firmada em 2022.

[Doenças mentais estão entre as maiores causas de afastamentos do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/09/2024

Doenças mentais estão entre as maiores causas de afastamentos do trabalho e situações de assédio podem levar a esse adoecimento. O alerta foi feito pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) durante o 1º Sarau Cultural 'A arte cura', nesta quarta-feira (11), no Anfiteatro do Sesc, em Campina Grande, onde aconteceu o lançamento do Cordel da Campanha: "Setembro Amarelo – Ouvir é Acolher", de autoria da poetisa paraibana Anne Karolynne. Um vídeo também foi lançado pelo MPT e já está disponível nas redes sociais da Instituição. O evento contou com a participação de artistas paraibanos, que receberam o troféu "A arte cura".

[Estímulo à aprendizagem profissional é tema de reunião com entidades em Porto Alegre](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/09/2024

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) realizou nesta terça-feira (10) reunião voltada a entidades da rede de proteção à infância e adolescência e do sistema de garantia de direitos de Porto Alegre. O evento foi realizado no formato telepresencial e conduzido pelas procuradoras do MPT Laura Freire Fernandes, coordenadora regional da Conafret (Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho) e Sheila Ferreira Delpino, coordenadora da Codemat (Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora).

[MPT realiza Sarau e lança Cordel na Paraíba sobre assédio no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/09/2024

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) realiza, na quarta-feira (11), a partir das 8h, o 1º Sarau Cultural 'A arte cura', com a participação de poetas e artistas paraibanos. Durante o evento, que acontece no Anfiteatro do Sesc, em Campina Grande, o MPT lançará um Cordel que traz como título o tema da Campanha: "Setembro Amarelo – Ouvir é Acolher". De autoria da poetisa Anne Karolynne, o cordel traz em poesia e numa linguagem regional, casos de assédio, que levam ao adoecimento mental.

[MPT participa de curso sobre normas internacionais do trabalho no TST](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/09/2024

"O trabalho protegido beneficia não só os trabalhadores, como também o crescimento econômico, a geração de riqueza e o consumo interno, além de contribuir de forma significativa com a melhora nos índices de criminalidade". Essa foi a afirmação do subprocurador-geral do Trabalho Fábio Leal Cardoso na abertura do curso "Normas Internacionais do Trabalho (NIT) para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito", realizada no dia 9.9, no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Outras Notícias

[Falta injustificada em audiência impõe custas a beneficiário de Justiça gratuita](#)

Consultor Jurídico - 13/09/2024

A ausência do autor da ação trabalhista em audiência, se não for justificada em até 15 dias, implica, além do arquivamento do caso, a imposição do pagamento de custas processuais, ainda que ele seja beneficiário da Justiça gratuita. Com esse entendimento, o ministro Evandro Valadão, do Tribunal Superior do Trabalho, determinou o pagamento de custas pelo autor de uma ação ao conhecer do recurso de revista interposto por sua empregadora.

[Ameaça a empregada que não usou uniforme gera dever de indenizar](#)

Consultor Jurídico - 13/09/2024

Uma decisão proferida na 3ª Vara do Trabalho de Mauá (SP) constatou dano moral e determinou a indenização de uma trabalhadora por ter sido ameaçada de demissão ao não utilizar um uniforme obrigatório. A instituição não forneceu vestimenta adequada ao tamanho da empregada, que atuava em uma escola municipal. Segundo a mulher, era alegado que não havia calça da numeração dela. Assim, era obrigada a usar fardamento apertado, o que gerou dever de indenizar da empresa.

[Dispensa por justa causa e o mundo digital](#)

Consultor Jurídico - 13/09/2024

O surgimento das redes sociais revolucionou o mundo e a maneira como as pessoas interagem e se comunicam, já que permitiu que as informações sejam compartilhadas em tempo real. No plano trabalhista, observa-se claramente essa questão ao tratar-

mos da nova onda de rescisões por justa causa em virtude de posts e comentários em redes sociais.

[Supremo suspende julgamento sobre contrato de trabalho intermitente](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2024

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista nesta quarta-feira (11/9) dos autos do julgamento em que o Plenário da corte decide se o contrato de trabalho intermitente, criado pela reforma trabalhista de 2017, é constitucional ou não. Com o pedido de vista, a análise do caso foi suspensa. A sessão do Plenário Virtual começou na última sexta-feira (6/9) e seu término estava previsto para esta sexta (13/9).

[Abandono injustificado de trabalho enseja demissão por justa causa](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2024

A paralisação de trabalhadores deve ser não apenas pacífica, mas também justa em sua reivindicação de direitos. Do contrário, ela configura afronta ao empregador e enseja demissão por justa causa. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) afastou a reversão da demissão por justa causa que uma empresa do setor metalúrgico impôs a 11 ex-empregados.

[Enquadramento sindical deve ser alinhado a atividade principal de empresa, reitera juíza](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2024

O fato de um trabalhador exercer uma função técnica específica não tem o condão de alterar a finalidade do negócio da empresa e nem modificar o seu enquadramento sindical. Esse foi o entendimento da juíza Thereza Christina Nahas, da 2ª Vara do Trabalho de Itapeçerica da Serra (SP), para negar provimento à reclamação trabalhista de um profissional que pedia o pagamento de direitos previstos em convenção coletiva de entidade sindical na qual a sua antiga empregadora não é enquadrada.

[Empresa deve indenizar trabalhador exposto a ambiente antiergonômico](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2024

Ser obrigado a se submeter a condições anti-ergonômicas de trabalho diariamente, sem que o empregador tome qualquer atitude para mitigar o problema, configura dano moral, já que se trata de uma situação que gera inegável angústia ao trabalhador. Esse foi o entendimento da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) para condenar uma empresa a pagar indenização a um empregado submetido a condições

[Recebimento de diagnóstico abre prazo prescricional, decide TRT-17](#)

Consultor Jurídico - 10/09/2024

O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização por danos materiais e morais, é a data em que o autor recebeu o diagnóstico da doença ocupacional. Seguindo esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) confirmou a responsabilidade civil de uma empresa de mineração e manteve o dever da companhia de indenizar, por danos morais, um homem que desenvolveu câncer de pele por, entre outras razões, ter sido exposto de forma excessiva à radiação solar quando trabalhou para a mineradora.

[Conluio entre empresa e candidato PCD gera condenação por má-fé](#)

Consultor Jurídico - 10/09/2024

Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve sentença que julgou improcedentes todos os pedidos de trabalhador com deficiência contra empresa terceirizada e aplicou multa de 3% por litigância de má-fé às partes por simularem relação de emprego. O juízo de origem identificou que reclamada e reclamante atuaram em conjunto para criarem vínculo de emprego fictício em prejuízo da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei 8.213/91). Outros 23 processos com o mesmo tema foram encontrados em trâmite na 2ª Região.

[TST recebe contribuições para julgamento sobre dissídio em que uma das partes não quer negociar](#)

Consultor Jurídico - 09/09/2024

O ministro Maurício Godinho Delgado, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), abriu

prazo de 15 dias úteis para que partes, pessoas, órgãos e entidades interessadas no tema possam se manifestar sobre a validade da regra que exige o comum acordo para dissídios coletivos mesmo quando uma das partes se recusa a negociar.

[TRT-18 fixa tese sobre ocasiões em que o banco de horas é invalidado](#)

Migalhas - 15/09/2024

O Pleno do TRT da 18ª região estabeleceu tese jurídica que será aplicada quando o regime de banco de horas for considerado inválido. Nessas situações, as horas que excederem a jornada normal semanal devem ser pagas como horas extras (incluindo o valor integral da hora e o adicional de horas extras). Já as horas acumuladas para compensação semanal deverão ser pagas somente com o adicional de horas extras, conforme previsto no artigo 59-B da CLT.

[TRT-4: Bens apreendidos em ação penal podem quitar verbas trabalhistas](#)

Migalhas - 14/09/2024

Bens apreendidos em ação penal podem ser usados para o pagamento de verbas trabalhistas, conforme decisão da seção Especializada em Execução do TRF da 4ª região. O caso envolve empresários condenados à prisão por fraude de R\$ 9,5 milhões na Receita Federal.

[TST: Empresa pagará R\\$ 71 mil por dizer que assédio era “paquera”](#)

Migalhas - 13/09/2024

A 7ª turma do TST decidiu, por unanimidade, condenar uma empresa varejista a indenizar uma balconista que sofreu assédio sexual por parte de um encarregado. O tribunal, aplicando o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, fixou a indenização em R\$ 71 mil. De acordo com os autos, o assédio teve início quando a trabalhadora foi chamada para um teste de seis meses na seção de açougue, com a promessa de promoção e aumento salarial caso fosse aprovada.

[Empregada encoxada e chamada de gostosa receberá R\\$ 30 mil por assédio](#)

Migalhas - 13/09/2024

A 9ª câmara do TRT da 15ª região condenou, por unanimidade, uma loja de rede varejista de móveis a pagar R\$ 60 mil em indenizações por danos morais a uma funcionária que sofreu assédio sexual e pressões excessivas para o cumprimento de metas. A decisão manteve a sentença que já havia estabelecido o valor de R\$ 30 mil por danos morais decorrentes da conduta abusiva de supervisores em relação às metas e acrescentou outros R\$ 30 mil por assédio sexual.

[TNU: Remuneração a gestantes afastadas na pandemia é salário-maternidade](#)

Migalhas - 13/09/2024

Enquadra-se como salário-maternidade a remuneração paga às trabalhadoras gestantes afastadas do trabalho durante a pandemia, por força da lei 14.151/21, quando comprovada a incompatibilidade com o trabalho à distância e for inviável a alteração de suas funções. Assim decidiu, por maioria, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, em sessão do último dia 4. O colegiado negou provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto da relatora, juíza Federal Lilian Oliveira da Costa Tourinho.

[Moraes autoriza NAV Brasil a quitar dívida trabalhista via precatórios](#)

Migalhas - 13/09/2024

Ministro Alexandre de Moraes garantiu à empresa pública Federal NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. prerrogativas da Fazenda Pública, determinando que se submeta ao regime de precatórios para o pagamento de dívidas trabalhistas. A decisão foi proferida em reclamação constitucional ajuizada pela NAV Brasil contra decisões da 8ª vara do Trabalho de Londrina/PR, em processos de execução.

[TRT-3: Empregado discriminado por cabelo colorido terá rescisão indireta](#)

Migalhas - 12/09/2024

A 1ª turma do TRT da 3ª região reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de funcionário de rede de supermercados que foi vítima de discriminação devido à cor de seu cabelo. A empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 5 mil por danos morais, além de verbas rescisórias.

[Vista de Zanin suspende análise de validade de contrato intermitente](#)

Migalhas - 12/09/2024

Nesta quinta-feira, 12, ministro Cristiano Zanin pediu vista e suspendeu julgamento, no plenário virtual, de três ações que questionam validade dos contratos intermitentes de trabalho, introduzidos pela reforma trabalhista (Lei 13.467/17). Nesse tipo de contrato, o trabalho não é contínuo, com períodos alternados de prestação de serviços e de inatividade. Ou seja, o trabalhador é chamado quando houver demanda por parte do empregador.

[Empresa indenizará empregado por não ter ar-condicionado no trabalho](#)

Migalhas - 12/09/2024

A 3ª turma do TRT da 3ª região manteve a condenação por danos morais imposta a uma empresa, em razão da falta de condições adequadas de conforto térmico em escritório localizado na região norte de Minas Gerais, onde as temperaturas chegam a 40°C. O valor da indenização foi fixado em R\$ 1,5 mil. O reclamante alegou que trabalhava em um escritório sem climatização adequada, o que gerava desconforto e prejudicava seu desempenho, especialmente em uma região conhecida pelas altas temperaturas.

[Câmara aprova texto-base da reoneração gradual da folha de pagamento](#)

Migalhas - 12/09/2024

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira, 12, o texto-base do projeto de lei que estabelece um período de transição de três anos para a extinção da desoneração da folha de pagamentos. A medida abrange 17 setores da economia e visa à cobrança integral do INSS em municípios com até 156 mil habitantes. A proposta ainda precisa ser analisada pelos deputados em relação aos destaques apresentados, com o objetivo de modificar trechos específicos.

[TRT-5 mantém justa causa de empregada que apresentou atestado falso](#)

Migalhas - 11/09/2024

A 2ª turma do TRT da 5ª região confirmou a justa causa aplicada a uma atendente da rede de fast-food. A penalidade foi motivada pela apresentação de um atestado médico falso por parte da trabalhadora.

[TRT-2 nega indenização a empregada gestante que recusou reintegração](#)

Migalhas - 11/09/2024

A 13ª turma do TRT da 2ª região decidiu, por unanimidade, negar o pedido de indenização por estabilidade gestacional feito por uma ex-funcionária da rede de conveniência AM/PM. A decisão, relatada pelo desembargador Valdir Florindo, foi fundamentada no fato de que a empregada, após ser dispensada sem justa causa, recusou a oferta de reintegração feita pela empresa, configurando abuso de direito.

[Mantida justa causa de empregados que paralisaram obra para reivindicação](#)

Migalhas - 11/09/2024

TRT da 18ª região reverteu decisão e validou justa causa de empregados que paralisaram obra para reivindicarem supostos direitos trabalhistas. 1ª turma concluiu que empresa comprovou que os pedidos eram indevidos e que houve descumprimento de deveres e obrigações contratuais.

[TRT-3 reconhece direito a adicional de periculosidade por uso de motocicleta](#)

Migalhas - 10/09/2024

O TRT da 3ª região reconheceu o direito ao adicional de periculosidade a um empregado que exercia atividades rotineiras utilizando motocicleta. No caso analisado pela 8ª turma, ficou comprovado que o supervisor operacional de uma empresa de mão de obra temporária utilizava motocicleta de forma habitual para realizar seus deslocamentos, expondo-se aos riscos do trânsito.

[Cozinheira chamada de “negrinha” e “lerda” receberá R\\$ 15 mil de empresa](#)

Migalhas - 09/09/2024

Uma empresa de automação foi condenada a pagar indenização de R\$ 15 mil por

danos morais a uma cozinheira que era chamada de “negrinha” e “lerda” e impedida de participar das reuniões de seu setor. A 6ª turma do TRT da 4ª região manteve a sentença após avaliar que provas corroboram com alegações da trabalhadora.

[Proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação do impacto das mudanças climáticas, mas os países mais impactados pela crise climática são os menos preparados](#)

Organização Internacional do Trabalho - 12/09/2024

Os governos têm falhado em utilizar de forma plena o poderoso potencial da proteção social para mitigar os efeitos da crise climática e apoiar uma transição justa, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O relatório revela ainda que os países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas apresentam frequentemente os níveis mais baixos de proteção social.

[Ministério do Trabalho e Emprego e OIT dialogam sobre convenções e ratificações](#)

Organização Internacional do Trabalho - 11/09/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, liderou uma audiência pública sobre as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), processos de ratificação, cumprimento por parte dos Estados-membros e mecanismos de supervisão. Realizado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o evento contou com a presença de representantes da OIT, incluindo Corine Vargha, diretora e o diretor-adjunto do Departamento de Normas da OIT em Genebra, respectivamente, Corine Vargha e Horácio Guido, a diretora regional da OIT para América Latina e Caribe, Ana Virgínia Moreira Gomes, e o diretor do escritório da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro.

[Curso sobre normas internacionais do trabalho da OIT reforça importância do diálogo social](#)

Organização Internacional do Trabalho - 09/09/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF-OIT) e a OIT iniciaram nesta segunda-feira (9) o curso “Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito”. Realizado em Brasília, o curso regional reúne 35 participantes de 11 pa-

íses da América Latina e Caribe: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A programação aborda temas práticos para a aplicação das normas internacionais do trabalho na resolução de conflitos laborais e no fortalecimento das competências jurídicas.

[Semana CANPAT Construção abordará o Impacto das NRs na Gestão de SST na Indústria da Construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/09/2024

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), através da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), realizará a Semana CANPAT Construção 2024, programada para o período de 7 a 11 de outubro. Com o tema “Impacto das Normas Regulamentadoras na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção”, o evento contará com painéis técnicos virtuais que reunirá especialistas em segurança e saúde do trabalho buscando promover a atualização e discussão sobre as normas de segurança no setor.

[Psicóloga do Seconci-DF reforça importância da saúde mental](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/09/2024

10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Setembro é o mês em que várias ações acontecem ao redor do mundo em valorização da vida e para ajudar quem está com algum problema de saúde mental ou tenha ideação suicida. Nesse sentido, o Seconci-DF, por meio do serviço psicossocial, está percorrendo canteiros de obras para falar sobre o assunto.

[CBIC se posiciona na consulta pública sobre a revisão do Anexo III da NR-15: Limites de Exposição Ocupacional ao Calor](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/09/2024

No Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2024, foi publicada a prorrogação da consulta pública referente à proposta de revisão do Anexo III da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) – Limites de Exposição Ocupacional ao Calor. A consulta, aberta em 24 de julho de 2024, agora se estende por mais 40 dias a partir de 07 de setembro de 2024. A proposta e mais informações estão disponíveis no endereço

eletrônico: [Consulta Pública Revisão Anexo III NR-15.](#)

[Norma de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais terá alterações](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/09/2024

O Seconci-SP (Serviço Social da Construção) informa que o Ministério do Trabalho e Emprego editou duas portarias que alteram itens das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho: a Portaria 1.419, que muda a NR 1 e seu Anexo I, os quais dispõem sobre o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; e a Portaria 1.420, que altera a NR 18 para permitir o uso de contêineres em áreas de vivência nas obras, porém sob condições.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 173, DE 6 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 09/09/2024, Seção I Pág. 82) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 09/09/2024 Seção III Pág. 147) - Prorroga a consulta pública da proposta de novo texto para o Anexo 3 - Limites de Tolerância para Exposição ao Calor - da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) - Atividades e Operações Insalubres, aberta pelo Aviso de Consulta Pública publicado no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2024, Seção 3, página 149, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/revisao-anexo-iii-calor-nr15>, pelo prazo de 40 (quarenta) dias a contar de 07 de setembro de 2024;

[CIRCULAR Nº 1.068, DE 5 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 10/09/2024 Seção I Pág. 51) - Dispõe sobre a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação da declaração das informações referentes às competências de abril de 2024 a julho de 2024, cuja suspensão temporária de exigibilidade do recolhimento foi autorizada por meio da Portaria n 729 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 15/05/2024 e alterações posteriores, para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública;

[DECRETO Nº 12.174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024](#) (DOU de 12/09/2024 Seção I Pág. 06) - Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

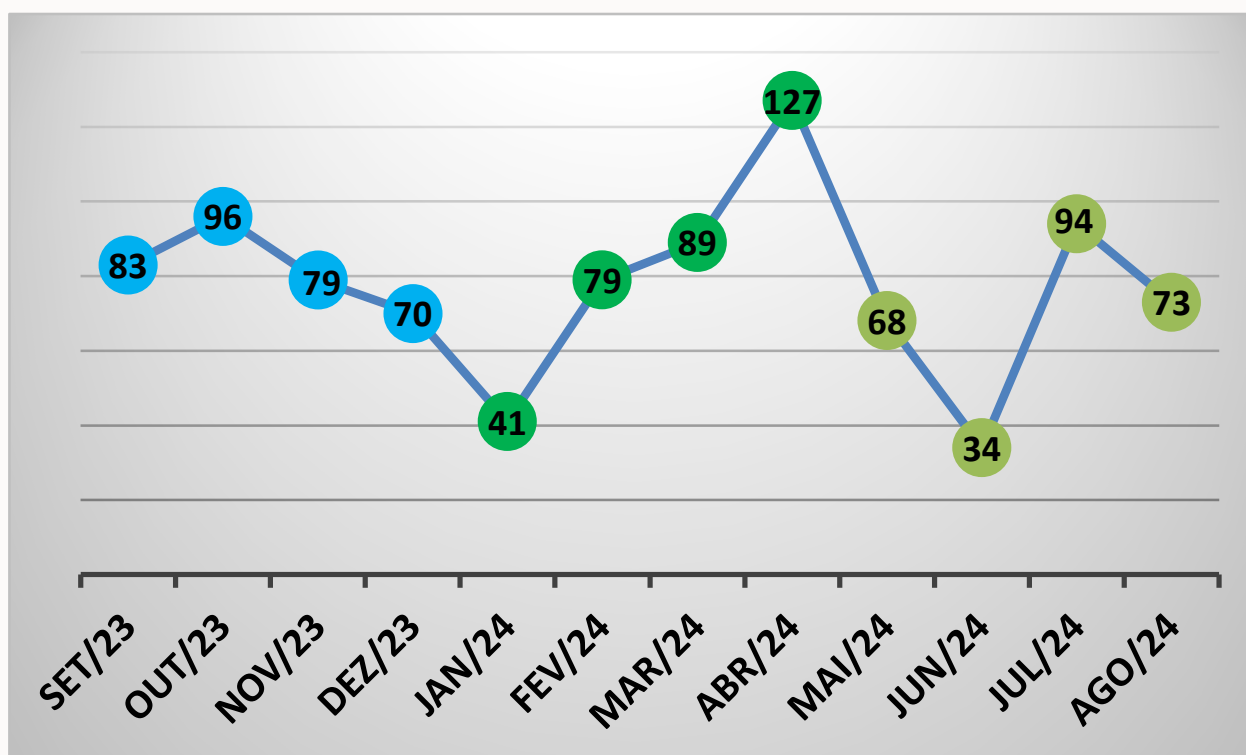
[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 12/09/2024 Seção III Pág. 133) - Submete à consulta pública proposta de novo texto para o Anexo nº V da NR-16 - Atividades

Perigosas em Motocicletas ou Motonetas, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos do disposto no art. 9º, § 2º, II, do Decreto nº 10.411, de 30 de novembro de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 12 (NR 12) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula